

## REFLEXÕES ACERCA DA TRANSEXUALIDADE: MABEL E O TRÂNSITO DOS CORPOS

Amanda Duarte Moura<sup>1</sup>  
Elisa Beatriz A. Oliveira<sup>2</sup>  
Suelen da Silva Sampaio<sup>3</sup>

**Resumo:** Ao discorrer sobre gênero, para além de definirmos as diferenças biológicas que permeiam e diferenciam os corpos masculino e feminino, gostaríamos de nos aproximar das reflexões do conceito de *performance*, discutido em Butler. Para a autora, devido a um caráter instável, o gênero deveria ser entendido como uma ação, nunca uma totalidade mas como algo que está sendo (re)feito a todo momento (Jayme, 2010). Entendendo a transexualidade como uma identidade de gênero, esta pode ser entendida segundo Gerald Ramsey (1998) como uma experiência que transcorre para além das mudanças corporais, mas atravessa diversos campos da vida do sujeito. Como cita em seu livro “Transexuais- perguntas e respostas”, a transexualidade “*é a busca consistente de integração física, emocional, social, espiritual e sexual, conquistada a enormes penas pessoais.*” (pág. 32) E qual o papel do corpo neste processo de formação dessas identidades? Tem a liberdade de transpor as barreiras normativas? Participa livremente dos trânsitos possíveis? A partir da nossa experiência como estagiária do Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT, no período de Setembro/2011 a Março/2013, utilizamos um determinado caso atendido no espaço (Mabel- nome fictício) como disparador da discussão trans e do transito dos corpos.

**Palavras-chave:** Transexualidade. Gênero. Corpo. Centro de referência.

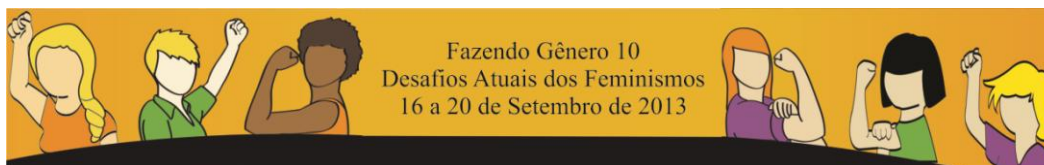
Segundo Jayme (2010) para a filósofa Judith Butler, devido a um caráter instável, o gênero deveria ser entendido como uma ação, nunca uma totalidade, como algo que está sendo (re)feito a todo momento. No capítulo inicial de “Gênero, Sexualidade e Educação” (1997), Louro aprofunda a temática dizendo que gênero faz parte da identidade do sujeito, pois assim como etnia, classe, ou nacionalidade refere-se a algo que transcende ao simples desempenho de papéis fazendo parte da constituição dos indivíduos.

E qual o papel do corpo neste processo de formação dessas identidades? Ele possui vida? Potência? Tem a liberdade de transpor as barreiras normativas? Participa livremente dos trânsitos possíveis? Questões como estas, que nos inquietam e nos fazem refletir acerca dessas possibilidades de trânsito dos corpos que tentaremos desenvolver neste trabalho. O referido texto é fruto da

<sup>1</sup> Psicóloga do Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa (CRMM-CR)/ Residente do Curso Políticas de Gênero e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

<sup>2</sup> Psicóloga, pós-graduanda em Gênero e Sexualidade pelo Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ).

<sup>3</sup> Estagiária do Centro de Cidadania LGBT\_Baixada I/ Programa Rio Sem Homofobia, graduanda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil.



monografia de uma das autoras e perpassou pela nossa experiência como estagiárias de Psicologia no Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT/ Programa Rio Sem Homofobia.

### **Transexualidade: percorrendo caminhos para um possível entendimento**

A transexualidade pode ser definida segundo Gerald Ramsey (1998) como uma experiência que transcorre para além das mudanças corporais, mas atravessa diversos campos da vida do sujeito. Como cita em seu livro “Transexuais - perguntas e respostas”, a transexualidade “*é a busca consistente de integração física, emocional, social, espiritual e sexual, conquistada a enormes penas pessoais.*” (pág. 32). As pessoas trans vivem uma incessante busca pela aceitação da sociedade a fim de poderem se vestir, falar e estar nos lugares públicos de acordo com o modo que vivenciam sua identidade de gênero, pouco importando se ela coincide ou não com seu sexo biológico.

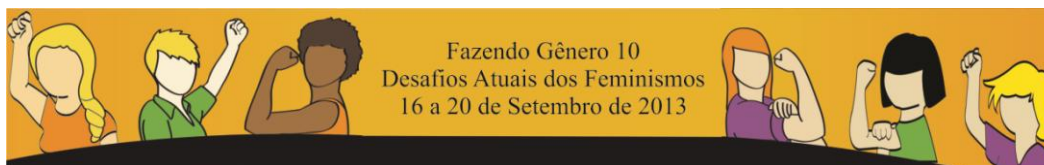
Assim como acontece em relação às experiências sexuais e afetivas das pessoas, a transexualidade não encontra uma forma definida. Há diferentes modos de ser/estar transexual. Esse sentimento de incompatibilidade entre mente e corpo também é plural e legítimo em todas as suas formas. Há os/as transexuais que não desejam abdicar por completo das características do sexo do seu nascimento, por razões familiares, profissionais, sociais, mas que, no entanto, em espaços íntimos, utilizam apelidos e vestimenta diversa dos padrões sociais esperados. Há os/as que não manifestam o desejo de modificação corporal e hormonal. Há os/as que reivindicam performances públicas fugindo da expectativa social dos padrões sexuais comumente naturalizados. Há ainda os/as que anseiam pelas sonhadas transformações cirúrgicas e hormonais como modo de masculinizar e feminilizar seus corpos.<sup>4,5</sup> (ALMEIDA, 2012).

A imposição de uma vivência limitada de expressões de gênero que se fundamenta em um discurso binarista, sexista e falocêntrico, e que dita um certo modo de ser, desfavorecendo a

<sup>4</sup> No Brasil, o Conselho Federal de Medicina, no ano de 1997, através da resolução 1482/97, seguindo uma tendência internacional, aprova a realização da cirurgia de transgenitalização ou cirurgia de readequação ao gênero, em hospitais públicos universitários do país com finalidade de pesquisa, mas desde que seja aceita a condição do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero.

<sup>5</sup> Vale ressaltar que muitas pessoas trans gostariam de poder utilizar o nome social, no seu dia-a-dia. No entanto, para terem esse direito devem entrar com um processo já que tal benefício é concedido somente pela via judicial, aqui no país. No Brasil, alguns órgãos normativos da área da saúde e do Ministério da Educação permitem o uso do nome social em prontuários médicos e documentos escolares (Maranhão Filho, 2012: 93). (Disponível em: [http://diversitas.fflch.usp.br/files/5.%20MARANH%C3%83O%20FILHO,%20E.M.A.%20Inclus%C3%A3o%20de%20travestis%20e%20transexuais%20atrav%C3%A9s%20do%20nome%20social%20e%20mudan%C3%A7a%20de%20prenome%20-%20di%C3%A1logos%20iniciais%20com%20Karen%20Schwach%20e%20outras%20fontes\\_0.pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/files/5.%20MARANH%C3%83O%20FILHO,%20E.M.A.%20Inclus%C3%A3o%20de%20travestis%20e%20transexuais%20atrav%C3%A9s%20do%20nome%20social%20e%20mudan%C3%A7a%20de%20prenome%20-%20di%C3%A1logos%20iniciais%20com%20Karen%20Schwach%20e%20outras%20fontes_0.pdf))

O Rio de Janeiro, a partir do decreto 43.065 de 2011, assegura o direito da utilização do nome social nos atos e procedimentos da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro, como por exemplo, na confecção do Registro de Ocorrência, prontuários médicos, requerimentos, fichas, entre outros (Decreto 43.065/2011).



diversidade de modos distintos de existir, deixa marcas de dor e sofrimento nas trajetórias das pessoas trans. Para a estudiosa Flavia Teixeira (2012), que em seu artigo cita o rigor com que o exército estadunidense lida com as questões homossexuais e transexuais, relata um pouco desta “via crucis” a qual as pessoas que não vivem a norma tendem a experimentar. Para a autora, em casos como esses, “a possibilidade de trânsito do gênero é ameaçadora” (pág. 505), pois a sociedade construiu, ao longo de sua história, padrões comportamentais heteronormativos<sup>6</sup>, que ditam como homens e mulheres devem desempenhar seus papéis sociais e sexuais. E, a saber, de modo bastante diferenciado.

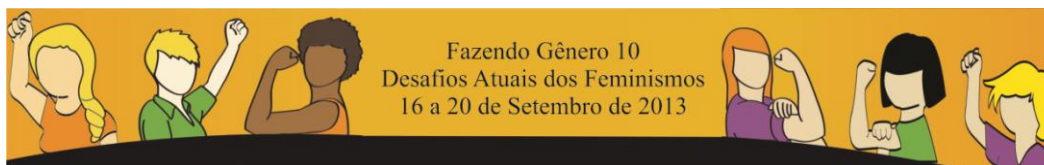
Percebemos que o advento do século XXI trouxe consigo novas formas de pensar a condição transexual. Antes se a questão trans era algo restrito ao saber biomédico, atualmente notamos que houve uma incorporação dos saberes “psis” (psiquiatras, psicólogos, psicanalistas), de outros profissionais da saúde e de alguns operadores da justiça no processo de transformação corporal e de posicionamento social das trans. Porém, acreditamos que a transexualidade deva ser entendida como uma possibilidade de vivência subjetiva, para além das transformações realizadas num corpo. Para Bento e Pelúcio (2012) essa captura da condição transexual pelo saber médico é reflexo do movimento em nossa sociedade em patologizar as sexualidades. Discorrem as autoras:

A patologização da sexualidade continua operando com grande força, não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”. Se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementaridade dos sexos, quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros. (BENTO e PELUCIO, 2012:512).

### **“Cada um no seu quadrado?”- sobre trânsito dos corpos**

O título deste tópico faz referência a um “hit” do verão de alguns anos atrás. A referida frase acabou virando um ditado popular e é utilizada sob diferentes perspectivas, desde o mundo empresarial, perpassando pelo espiritual e político: todos articulam seus temas ao seu referido “quadrado”. A articulação que nos propomos a fazer é em relação ao gênero. A sociedade acredita que cada gênero, masculino e feminino, se configura como um *quadrado*: homem e mulher. E o que será que acontece quando há pessoas que não se contentam com os limites do seu *quadrado*? Será que esse *quadrado* é tão delimitado assim? O *quadrado* é construído ou já se nasce assim? Como a

<sup>6</sup> De acordo com Petry e Meyer (2011) pode-se entender heteronormatividade como “aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou comportamento sexual de indivíduos de sexo diferentes. (...) Trata-se de um significado que exerce o poder de ratificar na cultura, a compreensão de que a norma e o normal são as relações existentes entre pessoas de sexo diferente”. (pág. 196). Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>



sociedade lida com os corpos que transitam entre as arestas dos *quadrados*? É sobre alguns desdobramentos desses temas que gostaríamos de refletir.

Butler (2003) busca romper com a dualidade bastante divulgada dessa construção cultural do gênero versus a naturalidade do sexo biológico, e vem trabalhando com uma ideia de “desnaturalização” do gênero. Pretende-se assim, uma desconstrução de papéis sociais e/ou culturais que ditam o modo de se comportar, de falar, agir, de escolha profissional, com atividades tipicamente femininas ou masculinas:

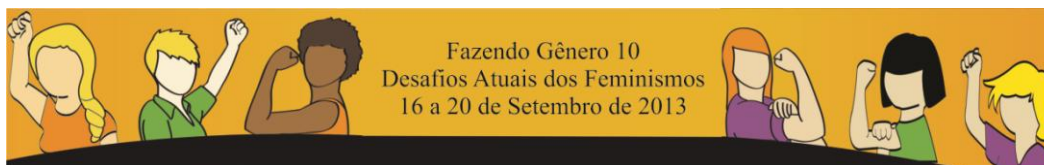
Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Suponho por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. (BUTLER, 2003: 24-25)

Em relação a esse controle dos corpos, outro aspecto a ser observado é em relação a aproximação das ciências biológicas nas discussões em torno da natureza dos corpos. Segundo Miskolci (2005), “*atribuir naturalidade a algo é o mesmo que tornar indiscutível. (...) Era como se esse ramo do conhecimento humano fosse absolutamente isento e livre de dilemas interpretativos*” (pág. 3). Tal fato observamos até os dias atuais. Pouco se discute a diversidade dos sexos, dos gêneros, das orientações sexuais, etc. Para a ciência do início do século XIX até nossos dias, não há contestação sobre o binarismo dos corpos (masculino e feminino), sexos (macho e fêmea) e gêneros (homem e mulher). E o que acontece com todos os outros possíveis modos de ser no mundo? Até quando viverão à margem da sociedade?

Petry e Meyer (2011), descrevem o corpo como sendo um operador político. Assim, as pessoas trans, ao construírem seus corpos, inscrevem-nos em formas outras de vivenciar seus gêneros e sexualidades, fugindo da heteronormatividade em que vive nossa sociedade:

(...) um território e um operador político e resultado de processos de construção histórico-culturais múltiplos e cambiantes. Nessa direção os/as transexuais, em vários contextos sociais, constroem seus corpos questionando a imutabilidade do sexo e inscrevendo em seus corpos outras possibilidades de viver o gênero e a sexualidade. E estes corpos desafiam, nos diferentes contextos culturais, os binarismos de gênero e a heteronormatividade significados como “naturais” e “inerentes” ao humano, de modo amplo. (PETRY E MEYER, 2011:198).

A analogia que nos propomos a fazer é em relação à construção do corpo das pessoas trans, por exemplo, como sendo algo mutável. Se o processo de desenvolvimento biológico é tido como “natural”, ou seja, as pessoas se desenvolvem biologicamente de acordo com cada etapa do



desenvolvimento hormonal, físico, psicológico, etc. assim também poderia ser pensada a questão do corpo. Por que não entender a modificação dos corpos nos transgêneros como algo que diz de um processo constante, a qual todos estamos submetidos em algum momento de nossas vidas, que são as transformações? Significaria pensar que as pessoas trans habitam um território, com endereço certo em seu corpo e transitam para outro, incerto, em construção, na busca de algo que, produzido coletivamente, tem suas singularidades. Neste sentido, a noção de território auxilia a pensar nos processos trans, porque longe de enclausurar o outro em identidades fixas, aponta para a dimensão de construção a que estamos submetidos ativamente. Esse território que habitamos se desmancha e logo segue outro.

### **Estreitando Laços - A história de Mabel<sup>7</sup>**

Conhecemos a história de Mabel numa das primeiras reuniões de equipe do nosso estágio no Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT, hoje com nova nomenclatura, Centro de Cidadania LGBT. O CR-LGBT é um dos braços do Programa Estadual Rio Sem Homofobia da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, que conta ainda com o Disque Cidadania LGBT (0800-023-4567) e que teve sua implementação baseada no Programa Brasil Sem Homofobia. Este programa de âmbito nacional visa o combate à violência e à discriminação contra LGBT e da promoção da cidadania de homossexuais foi lançado em 2004 pelo Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (BRASIL, 2004)

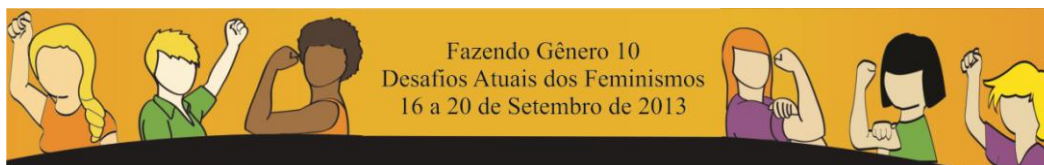
As portas de entrada do CR-LGBT são através do Disque 0800 0234567, do Disque 100-disque Direitos Humanos do governo federal, pela sessão “Fale Conosco” no site do Programa Rio Sem Homofobia e por Demanda espontânea - que é quando a pessoa busca atendimento sem agendamento prévio. Todas essas portas geram protocolos e as pessoas são contatadas pela equipe multidisciplinar composta por advogados, assistentes sociais, psicólogos e seus respectivos estagiários, que compõem a equipe do Centro de Referência.

Foi em meados de Outubro de 2011. Uma das propostas iniciais das nossas reuniões de equipe era de que discutíssemos nossa rotina e estudássemos alguns casos emblemáticos para o CR/LGBT. Inicialmente, dois fatos nos marcaram ao percorrer a história que era trazida naquela tarde de quinta-feira: primeiro, pelo estado de Mabel naquele momento, estando internada numa instituição psiquiátrica do Estado, devido à ingestão de vários remédios de uma só vez. E segundo,

---

<sup>7</sup> Nome fictício





pelo encantamento de cada detalhe da trajetória de vida daquela mulher que nem conhecíamos, mas que já nos prendia por sua força, sua garra e sua determinação em assumir a mulher que é. Conversamos com os técnicos que a acompanhavam e a cada relato aumentava nossa admiração pela potência que emergia daquele corpo, muitas vezes discriminado, marginalizado, mas que não desistia de sua identidade. Percorrendo um pouco de sua trajetória, descobrimos que a jovem viera de outro estado em busca de uma vida melhor, longe do preconceito e discriminação. Tem pouco contato com a família de origem e possui dificuldades em manter laços afetivos e sociais. Mabel firma muito bem laços institucionais. Tanto é verdade, que a jovem faz acompanhamento em diversos órgãos públicos da cidade.

Decorridos alguns meses, Mabel volta a frequentar o Centro de Referência. Diante do primeiro encontro com Mabel, foi possível abrir um espaço para uma reconstrução daquela mulher que havíamos idealizado e reposicioná-la em função de todas as fantasias que havíamos feito em torno do seu caso, do seu aspecto físico. Neste novo lugar, Mabel pode se apresentar como ela realmente é: negra, pobre, de aparência frágil, mas que com olhar doce, jeito meigo, fala mansa, delicada e determinada, encanta a todos que têm contato com ela.

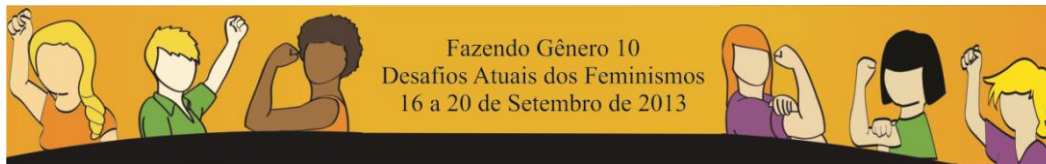
Nos diferentes momentos que chega ao CR/LGBT, Mabel constrói diversas demandas. Ora sua questão é com o encaminhamento a projetos de geração de renda, à Defensoria Pública para retificação do registro civil, ora, o que está em questão é a avaliação sobre sua permanência no processo transexualizador, entre outras. No entanto, sua demanda inicial é em torno da necessidade de abrigo: Mabel, na época de entrada ao CR, queixava-se de sofrer constrangimentos nos abrigos por que passou, relata que era obrigada a usar o banheiro masculino, roupas masculinas, além de sofrer ameaças verbais, bem como ameaças de agressão física devido à sua orientação sexual<sup>8</sup>. Tal fato lhe causa bastante dor e sofrimento.

Por volta do mês de março/2012, a equipe que a acompanha numa determinada instituição psiquiátrica, decide por dar entrada no BPC<sup>9</sup>. Nos moldes legais tal benefício inviabilizaria sua permanência no Programa Transexualizador, no entanto, a referida equipe, de uma maneira bastante sensível, constrói um laudo fluido, fazendo referência à um transtorno transitório (não especificando qualquer tipo transtorno ou diagnóstico) por entender a importância da permanência no Programa Transexualizador e do dinheiro oriundo do benefício, para a vida de Mabel.

---

<sup>8</sup> Provavelmente, esses percalços que aconteciam na vida Mabel eram por conta de sua identidade de gênero, mas que comumente foi e é confundida com a orientação sexual.

<sup>9</sup> Benefício de Prestação Continuada.



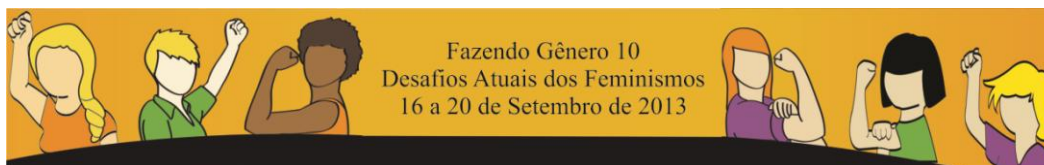
Os acontecimentos relatados mostram quão complexo é este caso e por isso fala de quanto nos marca, nos motiva, nos inquieta. Mabel nos faz refletir sobre o papel (e atravessamento) da saúde mental no processo transexualizador. Nossa função, ao nos posicionarmos contrariamente à patologização das identidades trans, é a de problematizar a unicidade dos saberes diagnósticos para validar o transtorno de identidade de gênero e de marcarmos as pessoas trans como pessoas doentes e que precisam ser curadas, sem olharmos todo o entorno (social, emocional) que compõe os indivíduos. Pois, como bem argumentam Bento e Pelúcio (2012), tais práticas reverberam em outras instâncias da vida da pessoa:

embora o DSM seja um documento de caráter psiquiátrico, ele consegue se materializar em políticas do corpo nos programas de identidade de gênero e em políticas de Estado, uma vez que compartilha com os outros saberes as mesmas bases fundacionais definidoras do gênero. (BENTO E PELÚCIO, 2012: 575)

## Considerações Finais

A oportunidade de estagiar no Centro de Referência no momento inicial da implementação do Programa, aqui no Estado do Rio de Janeiro, foi de significativa importância para nós. Trabalhar na área de Direitos Humanos amplia nossa visão sobre cidadania, direitos e desigualdade, nos tornando mais críticos e sensíveis na avaliação de certas situações. No aspecto profissional tivemos a chance de conhecer as melhores referências profissionais que poderíamos ter neste momento específico da nossa formação. A sensação de nos sentirmos roubadas pelo trabalho em Direitos Humanos foi somente um dos inúmeros ganhos que tivemos ao trabalhar com esta equipe tão generosa. Que em nenhum momento nos diferenciava como sendo “somente estagiários”, mas que a todo momento nos acolheu como parte da Equipe Técnica. A circulação de atividades, trabalhos, opiniões, acontecia de modo muito fluido entre toda a equipe, tanto estagiários quanto profissionais, mas sempre respeitando os limites de cada função e de cada um. Limites estes que nos permitiam ir e vir, no sentido de adentrar nos assuntos mais complexos, de maneira muito livre. Uma vez que, nos era apresentado de modo suave, e também era entendido que cada caso, cada história soaria ora com sentidos distintos para cada um, ora latejantes a todos, como Mabel.

A história de Mabel, para além de ser um dos primeiros casos atendidos no CR\_LGBT, marcou a equipe de diferentes modos. Foi o primeiro caso a ser estudado pela equipe quando a mesma pode ter a oportunidade de incorporar à rotina de trabalho nossas reuniões de estudos, reflexões e discussões das rotinas institucionais. Creio que, sem dúvida, foi o caso que teve maior tempo de acompanhamento pelo Centro de Referência, pouco mais de dois anos e meio,



concomitantemente ao tempo de implementação do CR no Município do Rio de Janeiro. Por ser um dos nossos casos emblemáticos, voltou em diversos momentos ao espaço que destinávamos aos estudos de caso da equipe, fazendo-nos (re)pensar nossos limites de atuação profissional enquanto técnicos de áreas específicas e enquanto equipe interdisciplinar. Por ter solicitado atendimento de todas as áreas de atuação que o espaço fornecia, a saber, Direito, Psicologia e Serviço Social, Mabel se torna um dos nossos casos mais complexos. Fez-nos ficar tristes em seus momentos de crise, fez-nos alegres com cada passo que ia conquistando na busca de sua autonomia, fez-nos apreensivos em cada internação constatada, fez-nos chorar quando a equipe começa a pensar sobre o difícil momento de começar a dar um fechamento a seu caso junto ao Centro de Referência, já que todas as demandas solicitadas à equipe tiveram, em algum momento, encaminhamentos.

O fascínio desta história foi o quanto, de alguma forma, participamos da construção da identidade feminina de Mabel. Seja quando ouvíamos os relatos dos primeiros técnicos que a acompanhavam no Centro de Referência onde descreviam momentos do atendimento, no qual Mabel permitia-se construir-se, passando seu batom ou maquiagem, ou fazendo suas unhas. Seja quando estivemos na sessão de fotos num Parque da Cidade. Aprendemos que nossos corpos não são algo constituído, pronto, mas sempre um dever, um processo, uma construção a partir de experiências cotidianas.

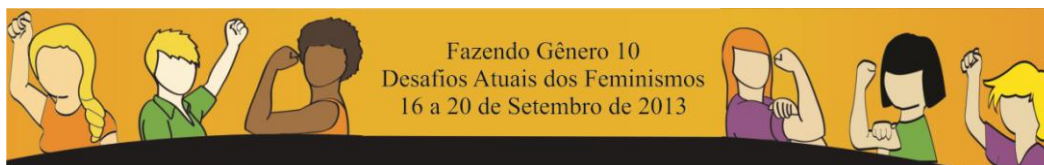
Ter a oportunidade de aprofundar na história de Mabel nos faz refletir sobre diversos assuntos e temas que, por vezes, passam despercebidos em nossa rotina diária. Ficamos presos em nossos “quadrados”- família, amigos, trabalhos, profissões, religiões, corpos, posicionamentos ideológicos, etc.- e pouco nos deixamos abrir ao novo, às experiências. Cremos que seja pelo fato do quadrado ser supostamente seguro. Vivemos na (falsa) segurança das normas, dos imperativos ideais de como ser/estar mulher/homem, num “sistema regulatório e disciplinar” que aprisiona e limita as diversas formas de se colocar no mundo.

## Referências

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2012, vol.20, n.02 [citado 2013-01-28], pp. 513-523 . Acesso: 15/12/2012. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000200012&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200012&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-026x.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades Abjetas. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, 20(2): 569-581, maio-agosto/2012. Acesso: 11/12/2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/26220/22863>





BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção à Cidadania Homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero- Feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

JAYME, Juliana Gonzaga. Travestis, Transformistas, Drag Queens, Transexuais: montando o corpo, pessoa, identidade e gênero. **Cultura Contemporânea, Identidades e Sociabilidades- Olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias.** Ana Lúcia de Castro (org.) Pág.167-196, 2010. Acesso: 23/02/2013. Disponível em: [http://master.fclar.unesp.br/Home/PosGraduacao/StrictoSensu/Sociologia/livro\\_analucia\\_org.pdf](http://master.fclar.unesp.br/Home/PosGraduacao/StrictoSensu/Sociologia/livro_analucia_org.pdf)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 1.ed. São Paulo:Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. **Corpo, Identidade e Política. GT- Sexualidades, Corporalidades e Transgressões** do XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte- MG. Acesso em 20/01/2013. Disponível em: [https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Y9tO3tXpYmAJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D259%26Itemid%3D170+%&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsJQEEuAsW541i4dN4oG\\_hywB3423UOhuvV8BW\\_sNMmzWhDG1M4v\\_nAKVomBBDxT94WLXBQhGo55o2ahuA0BJA\\_uouZjiEYAZfhWcuXxGc\\_nccuzZjQYx1efFvUlvwT5B\\_WlmSh&sig=AHIEtbQedjkaahacGkk\\_0ZFb3CkiJ1xIrQ](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Y9tO3tXpYmAJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D259%26Itemid%3D170+%&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsJQEEuAsW541i4dN4oG_hywB3423UOhuvV8BW_sNMmzWhDG1M4v_nAKVomBBDxT94WLXBQhGo55o2ahuA0BJA_uouZjiEYAZfhWcuXxGc_nccuzZjQYx1efFvUlvwT5B_WlmSh&sig=AHIEtbQedjkaahacGkk_0ZFb3CkiJ1xIrQ)

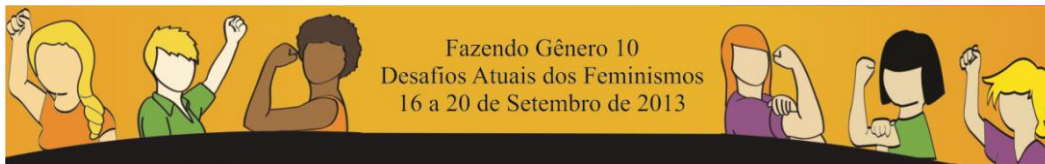
TEIXEIRA, Flávia do Bonssucesso. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Revista Estudos Feministas**, 20(2): 256, maio-agosto/, Florianópolis, 2012. Acesso: 24/10/2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/26213>

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Revista Textos & Contextos** (porto alegre), v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011. Acesso: 03/02/2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>

RAMSEY, Gerald. **Transexuais- perguntas e respostas.** Tradução Rafael Azize. Editora Summus, São Paulo. 1998.

### **Reflections on transexuality: Mabel and the bodies' transitions.**

**Abstract:** While discussing gender, besides defining the biological markers that permeate and differentiate the masculine and feminine bodies, I would like to bring myself close to the concept of gender performance, established by Butler. To the author, due to its unstable character, the gender should be understood as an action, never as a totality, but as something that is being (re)built at every moment (Jayme, 2010). Transexuality is understood as a gender identity, according to Gerard Ramsey(1998) it could be seen as an experience that goes beyond corporal changes, passing through the many other fields of the subject's life. As he quotes in his book "Transexuais perguntas e respostas" the transexuality is "the consistent search for physical, emotional, social and sexual integration conquered with enormous personal losses" (pág. 32). And what's the body's hole in the formation process of such identities? Has the liberty to transcend normative barriers? Freely



engages in the possible transitions? Out of my personal experience as an intern on the "Centro de Referência de Promoção e Cidadania da população LGBT", from september/2011 to march/2012, I use one of the many cases attended on the institution (nicknamed Mabel for this paperwork) to trigger the discussion about trans folks and the bodies' transitions.

**Keywords:** Transsexuality. Gender. Body. Reference center.